

QUESTÃO SOCIAL, CRISE DO CAPITAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

SOCIAL ISSUE, CRISIS OF CAPITAL E EDUCATION: CHALLENGES TO SOCIAL WORK IN CONTEMPORARY

Rosângela Nair de Carvalho BARBOSA*

Resumo: A questão da crise do capital tem centralidade nas estratégias de dominação do valor, de modo que a formação profissional do Serviço Social brasileiro - ciosa pelos fundamentos essenciais para a preparação crítica consistente de profissionais e pesquisadores - precisa problematizar a sua capacidade de vertebrar os estudos da profissão para o tema, após vinte anos de diretrizes curriculares. O ensaio apresenta reflexões sobre a crise do capital e a questão social, sugerindo balanço sobre este debate na graduação e pós-graduação na área, visando aprofundar a qualificação científica do debate marxista.

Palavras-chaves: Crise do Capital. Questão Social. Neoliberalismo. Formação Profissional e Serviço Social.

Abstract: The question of the capital crisis has a centrality in the strategies of value domination, so that the professional formation of the Brazilian Social Work- which is motivated by the essential foundations for the consistent critical preparation of professionals and researchers - needs to problematize its capacity to profession to the theme, after twenty years of curricular guidelines. The essay presents reflections on the capital crisis and the social question, suggesting a balance on this debate in undergraduate and graduate studies in the area, aiming to deepen the scientific qualification of the Marxist debate.

Keywords: Capital Crisis. Social issues. Neoliberalism. Social Work.

Submetido em 18/01/2018.

Aceito em 17/04/2018.

*Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Pós-Doutorado em Sociologia do Trabalho pela UFRJ. Bolsista Prociência/Faperj-Uerj. Bolsista Produtividade CNPq2. Professora do Departamento de Política Social e do Programa de Estudos de Trabalho e Política da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ). Rua São Francisco Xavier, 524. Pav. João Lyra Filho. 8.andar. Sala 8023. Bloco E, Maracanã, Rio de Janeiro (RJ), Brasil. CEP 20.550-013. E-mail: <rosangelanCB@uol.com.br>.

Introdução

Passados vinte anos da promulgação das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social no Brasil (ABEPSS, 1997), podemos visualizar no retrovisor da história um conjunto de elementos de grande relevo ao aprofundamento da qualificação científica, socialmente referenciada, da formação profissional na área. Nessa perspectiva, percebe-se como instigante - à luz dos fundamentos teórico-metodológicos da vida social, dos fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e dos fundamentos do trabalho profissional- dinamizar o debate com as novas manifestações concretas da crise do capital, e, igualmente, com o amadurecimento das reflexões teóricas a esse respeito no marxismo.

Nesse texto, chama-se atenção em especial para a dinâmica destrutiva do capital na fase da mundialização financeirizada neoliberal¹ e seu impacto sobre as novas configurações da *questão social* e suas múltiplas faces. Com isso, deseja-se justificar a necessidade de maior aprofundamento teórico e debate a esse respeito no âmbito da formação profissional, graduada e pós-graduada.

Isso será possível no debate profissional na medida em que, por exemplo, possamos argumentar teoricamente os reverses da limitada democracia burguesa, demonstrando que as referências de cidadania e Estado de direito sofreram ressignificações, em favor do maior artificialismo (OLIVEIRA e RIZEK, 2007). Na verdade, tais referências dizem pouco sobre a agenda e as razões do capital na contemporaneidade - o que ele precisa para a dominação abstrata do valor e o que está disposto a fazer para isso. A referência isolada à *guerra de posição* na disputa por aquisição de direitos sociais na *democracia capitalista* parece insuficiente para lidarmos com a feição neoliberal do Estado e do capital, para fazer frente à queda da rentabilidade econômica, nas últimas décadas.

O diagnóstico é de que os nossos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social não privilegiam o estudo sistemático da agressividade do desenvolvimento capitalista, prevalecendo certa mística sobre o Estado e a capacidade de ocupá-lo, de domá-lo para distribuir a riqueza produzida socialmente, em especial, por meio de políticas públicas. Isso, possivelmente, porque as circunstâncias sociais engendradas, nas últimas décadas, são pouco claras teoricamente e para isso parece ser fundamental o aprofundamento da reflexão dos sujeitos envolvidos com a formação profissional, hoje. Professores, estudantes, pesquisadores e assistentes sociais estão sendo desafiados pela realidade a confrontar os aportes teóricos

¹ Entendemos essa fase como uma peculiar expressão da ordem social imperialista, com características específicas, ainda que seja um desdobramento da dinâmica fundamental das contradições do capital, na expansão do mercado mundial, marcada pela abertura comercial, intercâmbio mundial e pela ascendência da esfera financeira. A base desse quadro está situada na síntese de Lênin sobre os pontos fundamentais do desenvolvimento capitalista na forma imperialista: "1. A concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2. A fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro, da oligarquia financeira; 3. A exportação de capitais diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. A formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5. O termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes." (LÊNIN, 2009, p. 90). Esse quadro já estava indicado, referenciado nos estudos de Marx, a complexificação da vida capitalista com o acirramento da centralização de capitais em grandes monopólios e o fenômeno financeiro antevisto como a fusão entre o capital bancário e o capital industrial.

acumulados do debate profissional sobre a dinâmica da economia e da política e o atual estágio do capital monopolista neoliberal, sob a égide da financeirização.

O texto tem a forma de um ensaio e decorre da experiência como docente e pesquisadora na área, tanto na graduação como na pós-graduação. O objetivo é fortalecer o debate do projeto acadêmico profissional, tendo como referência o legado histórico das duas últimas revisões curriculares coordenadas pela ABEPSS, em 1982 e em 1996. Logo, o debate apresentado aqui diz respeito a uma das dimensões da formação profissional que é a de desenvolver competências teórico-analíticas, sem, no entanto, nesse momento, desdobrar questões acerca de disciplinas curriculares ou de políticas acadêmicas. O esforço é o de colaborar com o propósito de formação de assistentes sociais e pesquisadores dotados de competências teórico-analíticas para apreender a realidade social em suas múltiplas determinações, por meio da análise da totalidade social apoiada na crítica da economia política. De modo que seja possível apreender as demandas sociais postas ao trabalho profissional e suas determinações no quadro sócio-histórico contemporâneo.

Os últimos quarenta anos misturam processos fundamentais como as lutas pela redemocratização brasileira, a nova Constituição da República, a institucionalidade de novos governos e políticas públicas, a qualificação do Serviço Social crítico, mas também a reorientação da esquerda mundial e do sistema do capital na sua feição neoliberal e financeirizada. O balanço dessa quadra histórica merece ganhar densidade e aprofundamento teórico nas nossas diferentes salas de aula, compondo o eixo primordial de todas as disciplinas e projetos de pesquisa, num movimento capaz de articular estrutura e conjuntura com as diversas práticas sociais, evidenciando a reprodução sistêmica do capital como totalidade social que é.

Esse aprofundamento teórico requerido constitui um pressuposto formativo, na medida em que as diretrizes curriculares estão ancoradas num campo de conhecimento e competências esquadriado pelos três núcleos de fundamentos indissociáveis, mencionados antes. O artigo, então, joga luz sobre um tema eixo do projeto profissional que é a *questão social*, problematizando a partir do pensamento marxista as ênfases que o ciclo neoliberal do capital está a exigir, como capacidade de análise na formação tendo em conta em particular o núcleo de fundamentos da vida social.

1. Crise do Capital: eixo central para o debate profissional sobre *Questão Social*

O ponto de partida dessa reflexão é a incongruência da abordagem da *questão social* longe da compreensão da crise estrutural e do reordenamento do capitalismo, que nas últimas quatro décadas tem resultado em formas mais regressivas de sociabilidade (NETTO, 2012). O sistema do capital tem os seus fundamentos metabólicos abalados, a partir dos anos de 1970, destoando, esse tempo histórico, de um desequilíbrio econômico conjuntural ou de efeito localizado, regional e setorialmente. Essa distinção não é

mero sofisma narrativo, mas impõe uma compreensão teórica particular sobre a plêiade de *discursos sobre crise*, dotados de imprecisão na maioria das narrativas leigas, das mídias e dos debates da formação profissional².

Entretantes, é justo considerar aqui que o debate sobre a crise do capital entre os marxistas é bem intenso desde a Segunda Internacional, tendo atravessado todo o século passado³, ainda que tenha perdido ímpeto no período Pós-Segunda Guerra Mundial, retornando com força à mesa, a partir dos anos de 1970. Desde então uma série de recessões e espasmódicas estabilidades têm tingido a cena da virada dos séculos, sem proporcionar equilíbrio de maior duração, o que impulsiona a retomada de discussões sobre a crise no capitalismo⁴.

Para Marx, as crises não marcam exatamente uma época, mas a própria dinâmica cíclica da acumulação de capital, por isso “as crises não são mais do que soluções momentâneas e violentas das contradições existentes, erupções bruscas que restauram transitoriamente o equilíbrio desfeito” (2008, p. 327). Por exigência imanente para aumentar a composição orgânica do capital visando o aumento de produtividade, provoca-se a queda da taxa média de lucro, que pode ser sustada por contratendências, mas havendo perda de eficácia dessas iniciativas de retenção, evidencia-se a crise de superprodução, estimulando o capital dinheiro a migrar para a especulação financeira, até que novo *boom* produtivo se mostre rentável. O cerne desse descompasso está situado fundamentalmente na contradição da mercadoria, na medida em que o dinheiro ganhou às vezes de mediador das relações sociais, das trocas entre produtores particulares. Acrescida dos descompassos no circuito do capital já que o sistema está assentado na produção expansiva de valores de uso sem confirmação social de realização em valor (CARCANHOLO, 2011). Um processo social contraditório que envolve produção expansiva de mercadorias, aumento crescente de trabalhadores e limitado consumo em razão da apropriação privada - “produzidas em excesso – em excesso não para o consumo, mas para manter a proporção adequada entre consumo e valorização; em excesso para a valorização.” (MARX, 2011, p. 334)

Ou seja, a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação, como contradição *mater* expõe as demais contradições fundamentais que inquietam o sistema para a acumulação e para a crise, como contradições entre: valor de uso e valor, produção e consumo, desenvolvimento das forças de trabalho e diminuição do trabalho vivo, anarquia da produção e desproporção entre os departamentos da economia (fundamentalmente, entre produção de máquinas e produção de bens de consumo). Desse conjunto de contradições em ação ou parte delas é que resultam as crises, que acabam por se expressarem como queda da taxa média de lucro.

² A retomada do estudo de Motta (1995) sobre *cultura da crise* parece ser fundamental para os questionamentos deste ensaio, exatamente pelo trato teórico da temática da crise e do fenômeno da apologia da crise em favor do consentimento à expropriação social, como trata a autora.

³ As interpretações marxistas sobre a crise, historicamente, estiveram relacionadas: a) a questão do subconsumo que caracteriza a crise como problema de realização, em razão do capitalismo produzir mais do que a capacidade de consumo devido a apropriação privada; b) a questão da desproporcionalidade da produção entre os departamentos da economia, inerente à anarquia da produção; c) a questão da lei da queda da taxa de lucro em ciclos de retração da lucratividade como resultado da superprodução de capitais e da insuficiência de sua valorização.

⁴ Esse debate é bem analisado por Roman Rosdolsky (1989) e, posteriormente, complementado por Jorge Grespan (1999). A partir deles é possível entender como a queda da taxa média de lucros é associado dialeticamente a movimentos de contratendências, como é o caso da estratégia da financeirização da economia mundial, nas últimas décadas.

Essa tendência é uma debilidade estrutural do sistema do capital, inerente ao seu próprio dinamismo interno, conforme tematizou Marx quando, correlatamente, evidenciou a capacidade sistêmica de formular contra-tendências a essa queda e à limitação do consumo, conforme capítulos XIII, XIV e XV do Livro III do Capital (MARX, 2008). Todavia, vimos nos últimos quarenta anos a aceleração desses ciclos descendentes intercutados por ciclos curtos de aquecimento, de baixa potência econômica.

Em verdade, a partir dos anos de 1970 as economias cêntricas passam a viver uma espiral descendente com recorrentes epifenomênicas recessões. Os dados do PIB mundial são elucidativos a respeito dessa queda, pois em 1961 o índice era de 6,6, em 1975 de 0,77, em 1991 de 1,43 e em 2009 era negativo, -1,73. Não há recuperação dos índices alcançados anteriormente, aos anos de 1970. Recuperações episódicas foram entrecortadas com recessões, como a estagnação que imperou entre 1973 a 1995, redefinida pela bolha do mercado de ações e pelo crédito até os anos 2000, quando nova depressão atingiu o sistema em 2008⁵.

Nesse sentido, é compreensível que a etapa atual do capitalismo seja de aguda expressão dessa lei tendencial da queda da taxa média de lucro, observado em indicadores dos principais países cêntricos até o final da década de 1980. Quando, então, as saídas foram consubstanciadas em maior aprofundamento dos mecanismos do mais valor, no ajuste fiscal do Estado, no enxugamento da estrutura produtiva (empresas) e na ampliação de crédito. Ou seja, a contratendência à queda da taxa média de lucro envolveu a agenda neoliberal e a financeirização que têm deslocado temporariamente os intensos entraves à rentabilidade do capital⁶. Mas, a agenda potencializa as contradições sistêmicas, na medida em que expande capital fictício, voltado para valorização especulativa de ações, títulos e dívida pública (sobretudo, sobre os juros da dívida anterior).

O marco das consequências dessa estratégia é a recuperação da economia americana na segunda metade dos anos 1990, seguido pelos primeiros sinais de queda no início dos anos 2000, complementado pela crise *subprime* em 2008, conhecida como bolha das hipotecas⁷. A desproporção dos recursos do capital fictício em relação à economia real atingiu o limite e precipitou a crise, demonstrando a insustentabilidade dessa estratégia financeirizada, a ponto de mobilizar drástica intervenção dos governos dos países cêntricos com aportes de recursos capazes de impedir a bancarrota da economia mundial, contendo transitoriamente

⁵ Para elucidar melhor, é interessante relacionar que os EUA no período de 1961 a 2016 tem um gráfico do PIB de muitos altos e baixos, partindo de um índice de 2,3 em 1961; -0,19 em 1975; -1,91 em 1982; 0,97 em 2001; -2,77 em 2009; e, 1,5 em 2016. A Alemanha fechou o ano de 2016 com 1,9 de PIB, mas em 1971 o índice era de 3,1, sendo que há uma queda vertiginosa a partir de 1975, nos seguintes termos: 1975 -0,86; 1982 -0,39; 1993 -0,956; 2009 -5,61. O Japão tinha um PIB de 12,04 em 1961, mas em 1970 era de -1,02, alcançando relativo crescimento entre os anos de 1980 e 1990, na casa dos 3,3, chegando a 2009 com -5,41, revertido em 2016 para 1,03. Esses indicadores sinalizam a magnitude das sérias dificuldades sistêmicas para fazer avançar a acumulação e ao mesmo tempo alertam sobre os entraves disso para humanidade pela natureza do próprio capital (BANCO MUNDIAL, 2017).

⁶ Entre as contratendências à queda da taxa de lucro, Marx destacou que o capital pode lançar mão de atenuações, como: aumento da taxa de mais-valia, redução dos salários, aumento da superpopulação relativa, queda de preço dos fatores do capital constante, comércio exterior, aumento do capital por ações e rotação do capital (2008). O neoliberalismo, em verdade, apresenta medidas desse elenco contratendencial.

⁷ A bolha das hipotecas *subprime* ou hipotecas podres explodiu entre os anos 2007 e 2008 nos EUA. Eram caracterizadas como investimentos com juros altos, concedidos a pessoas físicas com elevado risco de crédito (renda incompatível com as prestações, documentação incongruente, sem renda ou sem trabalho). Depois de largo tempo de disseminação de crédito imobiliário e de renegociações frequentes de novas hipotecas o sistema entrou em colapso, levando o banco central norteamericano e europeu a injetar milhões de dólares no sistema financeiro e baixar os juros. Parecia um negócio muito rentável que dinamizou ficticiamente o mercado imobiliário. Todavia, após dez anos a crise de liquidez e solvência das entidades veio a contrapelo colocando a economia numa dura depressão. É considerada a maior calamidade financeira desde 1929 e não têm ainda suas determinações estancadas, após esses dez anos.

a gravidade. Fizeram isso comprando títulos podres, títulos das empresas em risco de quebra o que significava tirar das empresas o capital fictício que estava sendo desvalorizado. Os governos “apoiando-as, retiraram por um lado capital fictício do mercado, mas voltaram a recriá-lo, por outro, uma vez que esse apoio esteve baseado em crescimento da dívida pública” (CARCANHOLO, 2009, p. 54), alimentando a ciranda dos juros às custas dos trabalhadores e suas famílias.

Essa medida não resolve estruturalmente as adversidades e a crise prossegue, a princípio como um processo alongado e de muita instabilidade, com períodos de recessão, estagnação econômica e espasmos de crescimento.

Mészáros (2002) apresenta a formulação de que se trata de uma crise estrutural, problematizando as contradições centrais do metabolismo do capital e demonstrando a dificuldade do controle positivo dessas contradições em favor da elevação da taxa média de lucro, como fora possível antes. Esse é o elemento novo, aberto a partir dos anos de 1970, representando, então, uma crise estrutural porque envolve medularmente as condições da acumulação de capital, em descompasso. O que significa que a ordem está se defrontando com seus limites intrínsecos e as saídas apresentadas são contingenciais e não alavancam a produtividade.

A formação profissional precisa enquadrar o debate da *questão social* nesse universo, de modo a auxiliar os estudos e pesquisas na direção da compreensão essencial das mudanças no capitalismo. É preciso compreender substancialmente suas contradições e manifestações conjunturais. Sobretudo, porque o projeto de formação profissional brasileiro explicita o propósito de dar solidez teórica à graduação e à pós-graduação de assistentes sociais, como também porque os debates das diretrizes curriculares (ABEPSS, 1997) definiram a *questão social* como âmbito de atuação profissional, mediatizado, evidentemente, pelos processos históricos e teórico-metodológicos constitutivos do trabalho, assim como as configurações estruturais e conjunturais da formação social.

Há relativo consenso no debate na área de Serviço Social acerca, por exemplo, da caracterização da financeirização e das políticas neoliberais como determinantes na pilhagem das políticas sociais e do trabalho, todavia essa é uma distorção analítica na medida em que a proeminência do capital financeiro e do neoliberalismo é uma decorrência e não a razão da crise econômica internacional; embora, a especulação financeira e a expropriação neoliberal dos direitos sociais e do fundo público para o capital potencializem os problemas, evidentemente.

Entender o centro motor da crise é fundamental para a formação profissional para que os sujeitos da mesma percebam a agressividade com que medidas são tomadas para recompor a lucratividade, redundando em formas violentas e perversas sobre os trabalhadores e a natureza. O neoliberalismo é uma resposta à dificuldade de lucro da economia real manufatureira, uma contratendência à queda da taxa de lucro teorizada por Marx (2008). E a gravidade dessa exposição dos limites absolutos internos do sistema do capital é que as estratégias neoliberais não tem sido capazes de recompor o padrão de produção do valor, que é a essência da reprodução ampliada do capital, de modo que as medidas tomadas nos últimos trinta

anos têm figurado como saídas temporárias na forma de bolhas de crédito, de mercado de ações, de títulos da dívida pública. Estratégias que não atuam sobre a recomposição da produtividade no capitalismo, o que pensado em termos de produção e realização do valor, é sua própria *raison d'être* que está sob a espada.

O ciclo fordista-keynesiano, após a Segunda Guerra Mundial, foi engendrado como uma contratendência à crise de 1929, tendo fornecido altos índices de rentabilidade ao capital, operando a expansão efetiva do sistema do capital no mundo. Ou seja, a estratégia foi eficaz para recompor as taxas de lucro. Ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, o excesso de produção fabril no sistema mundial, ao final dos anos 1960, ampliou sobremaneira a competição internacional e provocou o reverso, levando à estagnação de longa duração, sem solução até hoje.

Logo, a crise tem origem nas condições de produção e realização das mercadorias, resultando especificamente na superprodução mundial decorrente da concorrência. Ou seja, o excesso de capacidade no setor manufatureiro mundial e a queda da lucratividade do conjunto das empresas impediu a continuidade do dinamismo do ciclo anterior, dos “trinta anos gloriosos”. O apoio do Estado, socorrendo as empresas, ao longo desses quarenta anos tem sido capaz de evitar a destruição maciça de capital, que de outro jeito poderia suprimir o excesso e evidenciar novo período de dinamismo, como ocorreu historicamente. Evitar uma destruição de capitais em larga escala tem sido o caminho das agendas dos Estados, de modo que as políticas fiscais e monetárias servem para isso, ao passo que impedem, contraditoriamente, a real recuperação.

A formulação de Brenner (2003) é interessante porque demonstra que o deslocamento de capital para as finanças decorre da dificuldade de lucro na economia real, e ainda, afirma o autor, a agenda neoliberal ensejou recuperar a lucratividade, de um lado, com o desemprego, o ataque à organização sindical e a queda dos salários; e por outro lado, rearranjando as empresas no que ficou conhecido como “reestruturação produtiva” em favor de custos baixos e lucros altos, para elevar a taxa média de lucro. Ainda que a rentabilidade tenha sido recomposta às expensas das expropriações sociais, ela tem decorrido de especulações com ações de empresas, com crédito e outros produtos como títulos da dívida pública, sem real correspondência na economia real, portanto, sem conexão na esfera da produção de valor que é o motor do capitalismo. Isso impõe riquezas fictícias engendradas por bolhas, que ao estourarem, pela não correspondência de valor na economia real, agravam ainda mais as expressões da *questão social*.

Paulani (2009) apresenta dados que ilustram essa assertiva da financeirização do sistema do capital, mostrando o crescimento da riqueza fictícia, que entre 1980 e 2006 aumentou o estoque mundial de ativos financeiros em 1.292% enquanto o PIB mundial avançou 314%.

Para Brenner (2003), não é que a crise do capital, ao longo desses quarenta anos tenha impedido certo dinamismo econômico, por isso inclusive houve recuperação da economia americana na segunda metade dos anos de 1990, mas o autor acentua que as forças desse dinamismo estavam localizadas no mercado de valores, pela subida do preço de ações e outros dispositivos financeiros especulativos, além da expansão do crédito e do endividamento das famílias.

Mandel considerava que as transformações tecnológicas e a conjuntura Pós-Segunda Guerra havia respondido à crise de 1929, viabilizando a expansão sistêmica e a ampliação do mais valor, configurando um novo ciclo que nomeou como capitalismo tardio, que contraditoriamente precipitou os seus limites absolutos por conta da intensificação das contradições essenciais do modo de produção capitalista. Isso não significa o declínio, “mas um acréscimo no parasitismo e no desperdício paralelos ou subjacentes a esse crescimento. (...) dilapidação de forças produtivas, transformadas em forças de destruição (...) uma expansão mais rápida nas forças produtivas do que em qualquer outra época (...). (MANDEL, 1982, p. 150)

Nesse sentido, para ele o expansionismo capitalista que levou a sua ascensão histórica no século XX – impulsionado pelas duas grandes guerras mundiais e fundamentalmente pelo Keynesianismo-Fordismo – desencadeou também uma incontornável limitação histórica para efetividade do sistema. A economia capitalista monopolista gerou crescentemente excedentes de capitais em busca de absorção no mundo. Excedentes além da capacidade de absorção pelo consumo e pelo investimento empresarial ou público. A saída das grandes corporações foi acionar contra-tendências, dividindo a conta com os trabalhadores, ao diminuir sua renda e elevar a desigualdade com a agenda neoliberal. Reduzindo também o risco de investimentos de monta, além da mera reposição de fatores de produção. De modo que o dinamismo fica abaixo da potencialidade do capital social disponível e amplia-se o desemprego e o subemprego. Portanto, a crise é exposta pelos próprios limites internos, convertendo-se numa autonegação da genética das relações sociais que formam o capital.

Mészáros sinaliza que nesse processo a ativação dos limites absolutos não bloqueia a reprodução do capital, sendo antes de tudo barreiras expansivas ao capital e a impossibilidade do Estado responder por muito tempo à amenização dos antagonismos vitais (separação produção e controle; produção e consumo; produção e circulação) asseveram os efeitos destrutivos, expondo em agudas e bárbaras expressões a *questão social* (2002). Entender isso significa desnaturalizar o desenvolvimento capitalista, a desigualdade e a expropriação inerentes à *questão social* gerada pelo sistema. Essa desconstrução analítica do discurso ahistórico, sobre o desenvolvimento capitalista e “seus efeitos positivos para todos” - ou sobre a capacidade de controle e distribuição de riquezas -, recompõe os laços com os processos sócio-históricos de fundo que determinam a *questão social*, como tratou o pensamento crítico do Serviço Social brasileiro, notadamente Yamamoto (2001), Netto (2001), Pastorini (2004) e Santos (2012). Todavia, apresenta-se como decisivo que a herança desse debate sirva ao aprofundamento teórico sobre os novos processos históricos do capitalismo, que o presente artigo afirma estarem secundarizados na formação profissional.

Isso porque vivenciamos uma crise estrutural e a tendência histórica do declínio das taxas de lucro tem demonstrado sua feição mais dramática nessas décadas recentes, pois os ganhos astronômicos da financeirização promovem investimentos de alto risco para a sociedade, quando não alimentam ainda dívidas insustentáveis e fomento a matrizes produtivas agressivas de exploração do trabalho e da natureza (NETTO, 2012; BARBOSA, 2014). A precipitação do *subprime* no ano 2008, iniciada na economia americana, por exemplo, demonstrou o fio da navalha da instabilidade sistêmica do capital diante da vertente

de financiamento do consumo no modelo neoliberal, em razão do alto endividamento das famílias, das empresas e dos governos, perante dos riscos os investimentos baseados em reescalonamento de dívidas e especulação imobiliária (CHESNAIS, 2008).

Uma das estratégias importantes do capital para lidar com sua crise nos anos de 1970 foi à inserção de dispositivos de financeirização que amplificaram os recursos sociais no mercado antecipando possíveis lucros futuros, viabilizados antes da conclusão do ciclo do capital na circulação. Os empréstimos produziram uma dívida monstruosa que, hoje, controlam a execução de *superavits* primários e os juros altos. De modo que, aquela experiência inicial ganhou desenvoltura e hoje toda alternativa às dificuldades de caixa dos governos e dos orçamentos privados passa por acessar mais crédito. No caso dos governos, antecipando-se futuros dividendos incertos e avalizando-se os empréstimos com compromissos de venda de ativos públicos, desestruturação de carreiras de servidores públicos e enxugamento de políticas sociais⁸.

No caso do orçamento das famílias vê-se que o crédito adquiriu papel chave inclusive como resposta à redução dos salários e ao desemprego, no quadro da flexibilização produtiva, na medida em que motiva a demanda, possibilitando o escoamento produtivo e as condições para realização do valor, às custas do endividamento dos trabalhadores.

Essa estratégia da financeirização⁹ também alarga frontalmente a dívida pública que submete ainda mais os Estados ao comando do mercado. Essa interpretação auxilia a entender o imbricamento entre a agenda do capital mundializado, a dívida pública e a pilhagem do trabalho, estabelecendo o elo entre a financeirização, a exploração da força de trabalho e o terror da instabilidade da subsistência.

Essa dinâmica especulativa, que coloca o sistema em permanente risco, traz novos elementos, para além da chamada fusão capital industrial e capital bancário que caracteriza o imperialismo e carece de maiores desdobramentos investigativos. Na realidade, os bancos estão funcionando para a esfera produtiva como meio, em troca de taxas e comissões. Mas, para as famílias os bancos têm mais musculatura como fonte de lucratividade na medida em que a ampliação do crédito comprometeu a renda das famílias com pagamento de juros aos bancos (expropriação financeira). Esse aspecto é muito importante para nossos estudos nos centros de formação profissional, pois a renda do trabalhador está crescentemente

⁸ A título de exemplo é bom relacionar aqui que os estados brasileiros acumulam uma dívida de 60 bilhões de reais e o Projeto de Lei da Câmara - PLC 54/2016 - aprovado no final de 2016, instituiu um duro ajuste fiscal, a pedido do Ministério da Fazenda da União, transformada na Lei Complementar 159. A União garante aos credores o pagamento das dívidas dos estados e retira dos entes subnacionais o valor correspondente, por meio de bloqueios de contas bancárias e não repasse de recursos constitucionais. A renegociação de dívidas dos estados brasileiros, que “aderirem voluntariamente”, diz a lei, envolve o fim do reajuste automático dos salários de servidores, o aumento de 11% para 14% das contribuições previdenciárias, a redução dos incentivos fiscais, privatizações de empresas públicas e renegociação das dívidas dos estados com fornecedores. O governo federal exige, em troca da ampliação do tempo de pagamento das dívidas para 20 anos e redução das taxas de juros, que as Assembleias Legislativas e o executivo vetem aumento das despesas obrigatórias dos três poderes estaduais. Em conjunto, mecanismos que represam fundo público para “os credores” e impedem a autonomia política dos subnacionais, o que é um verdadeiro esvaziamento da República federativa.

⁹ Em termos descritivos a financeirização é o processo em que recursos gigantescos advindos de juros e aplicações têm sido reproduzidos paralelamente aos canais ortodoxos da economia manufatureira, com fortes mecanismos de proteção desses interesses especulativos. As empresas transformam parcela dos lucros em ativos financeiros, diminuindo os ativos de capital produtivo; e os governos deslocam serviços públicos para fundos privados, vendem títulos públicos de dívidas, securitizam suas receitas futuras e folhas de pagamento. Em conjunto, esses fatores redundam em crescimento econômico fraco, instabilidade de fundo público, com impacto negativo na renda do trabalhador, que passa a viver a *sociabilidade do endividamento*. A oferta de instrumentos financeiros na atualidade indica a magnitude da institucionalização de um *modus operandi* de nova envergadura que parece bem institucionalizado com a especulação com ações, mercados futuros, *hedge funds* e derivativos.

comprometida com empréstimos, desde hipotecas habitacionais até bens de consumo, além de ativos financeiros como seguros e fundos de pensão. Isso tem implicação para a reflexão sobre o salário da força de trabalho e as necessidades de sua reprodução social, na dinâmica da extração do mais valor. Assim como para entender esse sujeito *trabalhador financeirizado* em termos de sua concepção de vida e de organização política. Em verdade, há uma ampliação do fetiche do dinheiro nas necessidades de reprodução social do indivíduo, reforçado com o afastamento do Estado dos serviços de saúde, moradia, educação, previdência, entre outras mediações de reprodução social. Ou mesmo, ainda, com a monetização das políticas sociais que torna a intermediação bancária parte do processo de gestão pública.

Por essa perspectiva, é preciso compreender que a financeirização é um processo econômico e social que muda o comportamento do capital industrial, dos bancos, do Estado (em seus diferentes poderes) e dos trabalhadores e suas práticas sociais¹⁰.

De outro ângulo, vemos também que a exploração das reservas naturais atingiu níveis trágicos denunciando a exaustão desse sistema, sobretudo porque a liberdade do mercado significa o crescimento ilimitado, e, esse fundamentalismo à solta impacta sobremaneira a vida humana e a natureza. A crise aparentemente de matiz econômica global se expressa também ao lado de uma crise ambiental sem precedentes (MÉSZAROS, 2002; BARBOSA, 2014) e de uma crise provocada pela fratura social decorrente do aumento global da concentração de rendas¹¹. As respostas a essas instabilidades sociais associam programas sociais minimalistas (BOSCHETTI, 2016) e lentos acordos sobre uma agenda ambiental mitigadora, que são incapazes de subverter a situação (FOLADORI, 1997).

Isso não significa que a crise provoque o esgotamento do desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, do crescimento capitalista- estamos longe de qualquer fatalismo -, mas que ela provoca o aprofundamento de suas contradições e a regressividade sobre a *questão social* e a natureza. Nos Grundisse, Marx situou a “abolição do capital por meio de si mesmo” como um tenebroso inverno de maiores e reiterados sacrifícios humanos e ecológicos (2011, p. 362), de modo que podemos evidenciar que, paradoxalmente, o desenvolvimento das forças produtivas aprofunda às aptidões cáusticas das contradições sistêmicas.

Nesse sentido, a *questão social* precisa ser pensada na dinâmica da pujante crise civilizatória que amplifica o barbarismo, como a violência da expropriação social e ambiental. É o aprofundamento da mercadorização dos recursos que elucida, por exemplo, a competição por recursos hídricos, a desertificação

¹⁰ Entendemos, inclusive, como fundamental que os estudos sociais incorporem essas novas configurações na análise das condições de vida e trabalho da população usuária dos serviços onde o assistente social trabalha.

¹¹ O aumento da concentração de rendas a partir da contratendência neoliberal tem sido demonstrado em vários estudos, como é o caso do Relatório sobre a Desigualdade Mundial divulgado em dezembro de 2017, informando que 1% da população mundial tem 20% da renda mundial e 50% mais pobres ficam com 9% dos rendimentos, estando esta última fração dos trabalhadores estagnada nessa condição desde 1980, enquanto o rendimento da fração mais rica dos burgueses aumentou de 16% (1980) para 22% em 2000 (WIDWORD, 2017). O Brasil está entre os países de maior concentração de rendas – junto com o Oriente Médio, a África Subssariana e a Índia – onde 1% mais rico tem 28% da renda nacional e 90% da população ganha abaixo da renda nacional (média nacional de renda de 37mil), considerando os rendimentos do trabalho e o imposto de renda. Apesar da desigualdade salarial ter sido alterada com a política de ganhos do salário mínimo e de transferência de renda (em especial, do período dos governos do PT), a grande concentração de lucros corporativos e rendimentos do capital é uma realidade reforçada: os 10% mais ricos ficam com 55% da renda do país, o que torna as melhorias citadas pouco estruturantes (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

nas zonas tropicais e subtropicais, e o deslocamento de vastos recursos dos fundos públicos para controle de secas, inundações e catástrofes ambientais.

A *questão social* que decorre do desenvolvimento do capital e das relações capital/trabalho precisa ser compreendida no centro do processo de realização do valor porque assim será possível refletir sobre os limites da engrenagem sistêmica do capital. A redução da massa de valor, decorrente da diminuição do trabalho vivo pela inovação tecnológica, assim como a queda do investimento produtivo ou a preponderância da rentabilidade através das bolhas financeiras, fazem jorrar recursos sociais aos montes, mas sem respectivo rastro produtivo de valor na economia real. Esse processo não é contornável nas estruturas do metabolismo do capital.

Por isso, é importante dar centralidade à compreensão da dominação abstrata, com a generalização dos processos sociais que tornam todos dependentes e reprodutores do *fetichismo* da mercadoria, operando a viabilização do valor. A particularidade da forma social capitalista é a generalização da subsunção dos indivíduos ao trabalho subordinado, que torna possível a troca generalizada, pela equivalência do tempo de trabalho de produção das mercadorias. Essa dimensão abstrata do trabalho é trabalho-quantidade, como dispêndio de energia humana no tempo, sem conteúdo substantivo. Nessas condições é uma forma disruptiva de produção social, que desconsidera seu conteúdo particular e seus efeitos. Ou seja, o que específica a sociedade capitalista são as formas alienadas da atividade humana, na medida em que a mediação das relações de troca forma a argamassa que universaliza a experiência humana como cadenciada por relações entre coisas.

Ao relegarmos essa dimensão fundante do estudo de Marx perdemos de vista a dominação abstrata na totalidade social, perdemos a condição de ver a especificidade metabólica sistêmica que de fato se aloja na generalização do trabalho abstrato e na subsunção da humanidade. Esse aprofundamento da *performance* capitalista sobre a geografia mundial e sobre as mediações de reprodução social tem repercussões duras sobre a *questão social* – nas manifestações concretas impressas nas formas de vida e nas possíveis lutas sociais de resistência, e isso não pode deixar de ser considerado na formação profissional hoje.

Mas, além dessa conexão universal, material e subjetiva, à mercadoria, merece destaque que essa é uma forma ilusória de sustentar a vida, também porque o desenvolvimento das forças produtivas por mais valor expande o trabalho improdutivo que não produz valor. Essa contradição conseguiu ser encoberta no período fordista por conta da expansão geográfica, que fazia com que os novos lugares de trabalho de substância real de valor compensassem as mediações improdutivas criadas. No entanto, a sobreacumulação decorrente do estrondoso crescimento mundial em 1970 abriu as veredas da crise e a resposta aprofundou a contradição com a hegemonia da financeirização do capitalismo.

2. A Questão Social nesse universo de contradições

O debate sobre a *questão social* na formação e na literatura profissional situa que a mesma emerge no alto do século XIX com o fenômeno da organização operária questionadora da pauperização relativa e absoluta da população e essa referência nos remete ao estudo do processo de acumulação primitiva de capital e à dinâmica da produção coletiva de riqueza e de sua apropriação privada (IAMAMOTO, 2001; NETTO, 2001). Todavia, essa não é uma condição limitada às origens da formação social capitalista, porque a constituição e a dinamização do sistema do capital tende a por e repor a *acumulação primitiva* na forma de reprodução ampliada, expropriando os indivíduos permanentemente, no movimento competitivo da concorrência, da concentração e da centralização de capital, o que exige a expansão permanente de fronteiras, tanto de populações submetidas ao capital, quanto da natureza, quanto de fundos públicos, como de capitais¹².

Para Marx, as bases do processo histórico, que resultam no surgimento e na reprodução ampliada do capital, estão alicerçadas na separação reiterada dos indivíduos das condições de reprodução independente; levando a que a “pré-história” se reponha permanentemente, por meio das expropriações (MARX, 2005; FONTES, 2010; HARVEY, 2011). O que se faz sem deixar de lançar mão da coerção e da violência, como são os expurgos de populações *superfluas* para o capital, em razão da rápida inovação do capital constante que poupa trabalho vivo ou da precarização contemporânea das relações de trabalho¹³.

Tanto no processo originário do *cercamento de campos* quanto hoje, as expropriações das condições de vida provocam um profundo desenraizamento social, empurrando a sociabilidade dos indivíduos para o mercado, acentuando a mediação do consumo mercantil como base das relações sociais. Por isso, a necessidade da crítica à naturalização do empobrecimento material e espiritual das massas, assim como da depredação da natureza pelo capital (MÉSZAROS, 2002; FOLADORI, 1997), o que significa, ao mesmo tempo, desnaturalizar a produção de riqueza ensejada pelas estratégias de desenvolvimento capitalista.

O progresso técnico e os incrementos de capital fomentam a concentração e centralização de capitais, favorecendo a ágil rotação para as corporações monopólicas. Como demonstra Marx (2005; 2011), nos estudos para o Capital, as forças invocadas para estruturação do sistema escapam ao controle de suas instituições e sujeitos. Isso é muito evidente na obra quando é exposta a centralidade da extração de mais

¹² Marx entendeu que a acumulação primitiva de recursos sociais que serviram para os primeiros investimentos de capital, longe de decorrerem de burgueses precavidos ou moralmente *sovinas poupadores* como tratava a ciência burguesa, envolveu a expropriação de terras (meios de trabalho), a pirataria nos mares, a regulação do Estado sobre a pobreza (as leis dos pobres da Inglaterra) e o sistema colonial que atuou na África, Ásia e América. Posteriormente, o capital passou a ser reproduzido dentro das formas próprias do sistema, como resultado da extração e realização do mais valor, num movimento incessante de novas expropriações de meios de vida e riquezas da natureza.

¹³ Nos estudos acadêmicos que desenvolvemos, a precarização das relações de trabalho diz respeito às formas e processos mais exploratórios do capital sobre o trabalho, diminuindo a renda do trabalho, alargando o tempo de trabalho sem remuneração, extinguindo direitos de descanso semanal, férias, insalubridade ou mesmo de carga horária e remuneração, estáveis. Essa tendência foi difundida pela agenda de desregulamentação do trabalho na pauta neoliberal e pode ser evidenciada nas diferentes modalidades de trabalho com a legalização da subcontratação (terceirização), dos contratos parciais ou intermitentes, as cooperativas, assim como os trabalhos mediados por aplicativos digitais (*uberização*) da *feticizada* “economia compartilhada” que encobrem o empresariamento do capital na relação de trabalho. O caso do trabalho informal é emblemático na medida em que é ressignificado pelo idioma neoliberal como *empreendedorismo*. Em conjunto são, manifestações fenomênicas antigas e novas de expropriação de direitos do trabalho, em favor da viabilização de outras circunstâncias de valorização para o capital.

valor por meio do trabalho vivo e o permanente movimento de aumentar o seu volume, que leva a diminuição da incorporação de trabalhadores em favor de máquinas e automações tecnológicas, o que significa diminuir a fonte de valor. A contradição imanente a essa equação de aumento de mais valor com diminuição do número de trabalhadores é o objeto das estratégias de desenvolvimento capitalista e ao mesmo tempo expressão do seu limite porque não consegue resolvê-la. Esse é o motivo que leva a maior ou menor prevalência de mais valor relativo e absoluto como estratégias de compensação desses paroxismos. Mas, a consequência da intensificação da produção e o alongamento da jornada é o aumento de seus resultados com mais produtos no mercado, o que acaba por impor o problema da realização do valor, da venda efetiva no mercado. De um lado, há escassez de demanda para as mercadorias produzidas em razão do desemprego e da diminuição da renda, de outro há aumento do trabalho improdutivo (não produtor de mais valor) para mediar à aceleração dos processos produtivos e de circulação. Em conjunto, expõem os limites para realização do valor. Além disso, o desenvolvimento tecnológico impulsionado pela concorrência – e proeminência da centralização de capitais com as grandes corporações - aumenta a produção de mercadorias com menos valor, ou seja, diminui a massa de mais valor. Essa desmedida do capital que envolve superprodução sem possibilidade de realização no mercado, paradoxalmente, provoca maior inovação tecnológica reacendendo a ciranda dos riscos vitais – não produzir ou não realizar mais valor (GRESPLAN, 2012).

Desse arcabouço, emerge a produção reiterada de uma população excedentária, com o pauperismo brotando da própria dinâmica do capital. Um quadro que forja sujeitos sociais com interesses antagônicos, compreensíveis no contexto das classes sociais, mas forja ao mesmo tempo o barbarismo dessa fratura social, na medida em que não há trabalho para todos – embora os indivíduos continuem sendo continuamente expropriados e coagidos ao trabalho, em condições crescentemente aviltantes. Ao mesmo tempo, não há limites para a exploração dos recursos naturais em favor de extração de matérias primas e insumos energéticos mais rentáveis ou de escoamento de dejetos *in natura* da indústria no meio ambiente. Em conjunto, é um empobrecimento da experiência humana de sociabilidade, que se realiza pela inversão das relações (homem-homem / homem-natureza) inerente ao *fetichismo* da mercadoria – sem medir as consequências para as relações sociais e a natureza, porque o *core* da forma social são as trocas e não as necessidades humanas ou o trabalho concreto.

Por isso, a *questão social* do desenvolvimento capitalista é inteligível somente nas mediações com o processo sócio-histórico, onde são gestadas essas relações sociais que tipificam o mundo capitalista, quando também são oferecidas as munições para as lutas sociais. Segundo Netto (2012), esse sentido social dos efeitos destrutivos do capitalismo sobre a natureza e a força de trabalho é captado pelo pensamento conservador, desde o início do século passado, desvinculando a categoria *questão social* das relações sociais de produção, situando-a no campo da circulação e da distribuição. Daí decorre um “ideário reformista” que naturaliza a ordem social, desembocando numa ótica liberal que enquadra os limites de acesso a trabalho, a exploração para o valor e a precariedade da reprodução social como problema individual, por dificuldade

de adaptação ao sistema social, decorrendo, então, ações fragmentadas e pontuais sobre necessidades humanas da vida capitalista. Nesse diapasão, encobrem-se as estruturas sociais específicas do sistema do capital - as classes sociais, as relações de troca e o Estado -, como determinantes nesse processo.

Nessa direção, vela-se o sentido de classe inerente às variadas expressões da *questão social* abertas pelo capital, o que redundava numa perspectiva moralizadora da abordagem do tema e das lutas e resistências dos trabalhadores. Mesmo que, contraditoriamente, tenham sido as próprias lutas por ampliação de direitos que conduziram a *questão social* para a esfera pública, exigindo inserção na agenda do Estado.

A encruzilhada histórica do momento, nesse quadro de crise estrutural, exige uma reflexão aprofundada sobre a política e suas possibilidades de lidar com as necessidades sociais fundamentais da vida do trabalhador, na medida em que as instituições representativas da democracia burguesa estão ainda mais esvaziadas de sentido substantivo, transformando a *querela* democrática em meros espetáculos eleitorais de “marqueteiro” ou em arena patrimonialista de coalizão de forças partidárias, fazendo imperar a aparência como expressão da dominação abstrata do *fetichismo* da mercadoria. Sem perder de vista a maior simbiose das grandes corporações com o Estado – diminuindo os riscos de seus investimentos - o fato mais contundente a respeito desse artificialismo da democracia é a naturalização da agenda neoliberal por diferentes partidos no contexto mundial.

Durante o pacto fordista do último ciclo expansionista do capital, a consciência burguesa fez crer que a *questão social* era problema dos países periféricos, do desordenado incremento urbano-industrial e da fraqueza dos dispositivos de políticas redistributivas que não amenizavam as expressões perversas da *questão social* como nos países centrais. Isto porque, na ocasião, o Estado capitalista se projetou com possibilidades de amenizar as consequências da propriedade privada dos meios de produção, de modo que as normas do trabalho e o *Welfare State* aumentaram a presença do Estado na reprodução da força de trabalho, como efeito anticíclico e de socialização dos custos da produção. Essa originalidade do Pós-Segunda Guerra Mundial decorria de fatores combinados, pois foram práticas instituídas como resultado de lutas dos trabalhadores por direitos sociais, além de serem dispositivos econômicos para a grande indústria no contexto da *guerra fria* e da expansão capitalista tardia para a periferia, nos modelos conhecidos como *substituição das importações*¹⁴.

Nesse sentido, as políticas sociais seriam a sentença mais acabada da refuncionalização do modo de lidar com as expressões da *questão social*, transformadas em ação contínua do Estado. Essa dinâmica do Estado social sombreava o caráter exploratório da realização do valor, inebriando as relações sociais dessa onda longa expansiva até sua curva descendente, a partir dos anos de 1970, no quadro da crise orgânica do sistema, com expressão sobre a produção e reprodução ampliada do capital, o que provocou inflexões nas análises da *questão social* (BOSCHETTI, 2016).

¹⁴ Não perder de vista que nesse período encobriu-se a potencialização da crise estrutural com a expansão do trabalho improdutivo e do metabolismo do capital na geografia mundial; processos esses provocadores, posteriormente, do excesso de capitais não valorizados, a partir dos anos 1970.

A crise, todavia, expurga parcial ou substancialmente o *Welfare State* dos países originários, fazendo emergir rapidamente uma nova fase de insegurança social e pobreza, não mais relegada ao mundo da periferia capitalista. Como dito, a consciência burguesa para lidar com a crise estrutural pós-1970 retoma a perspectiva liberal da proeminência do mercado e do desempenho.

Essas determinações aprofundam e expandem as expressões da *questão social*, no novo circuito mundializado que impõe a universalização da mercadoria e expõe as assimetrias geopolíticas e sociais, reverberados em processos de integração e polarização que aproximam o capital local da competitividade internacional. Ainda que a queda da taxa de lucro seja uma lei tendencial do movimento do capital, a sua manifestação concreta não é igual em todos os ciclos históricos a ponto de no quadro atual se mostrar historicamente agressiva, como vimos enfatizando. A suportabilidade humana e ambiental a esse quadro está razoavelmente esgarçada, assim como a capacidade da política instituída contornar os excessos do capital, por isso, o artificialismo da democracia representativa, o recrudescimento da violência sobre manifestações públicas e o fechamento das plenárias dos parlamentos quando há resistência popular à agenda de debates (BRAGA, 2017). Ao invés de uma distorção, essas novas expressões são efeitos da abundância da forma proeminente do *fetichismo* da mercadoria, que autonomizou a economia da política.

Essa é uma pauta de estudo fundamental ao Serviço Social, dada sua implicada associação às políticas sociais na divisão sócio-técnica do trabalho e da ciência. As mudanças em curso, reconfigurando a política na institucionalidade burguesa, coloca em novo patamar o debate e as ações públicas sobre a *questão social*. A chave da compreensão disso aloja-se na *fetichização* das relações sociais, com a autonomização da economia.

Como mencionado, medidas regressivas do capital têm deslocado temporariamente as dificuldades da realização do valor, recuperando a lucratividade, no verso de duras derrotas aos trabalhadores no acesso e condições de trabalho, assim como na reprodução ampliada da vida com a precarização dos serviços coletivos e da terra (NETTO, 2012).

Os sujeitos da formação profissional na área precisam compreender que a compressão dos salários e as ocupações desprotegidas aumentam a pauperização relativa e absoluta com o alargamento da concentração de renda, aliado à queda do financiamento da seguridade social em favor dos serviços da dívida pública – entre juros e amortizações - e de subsídio a investimentos para o capital. Esse arcabouço emerge e reproduz processos sociais liberalizantes que atingem os mecanismos de agregação social, rompendo com o complexo de relações baseadas em relativa solidariedade social que outrora embasou o mundo do trabalho, por exemplo, provocando discontinuidades na convivência social e na reprodução ampliada dos trabalhadores (HARVEY, 2011). O capital, por sua vez, se liberta das amarras de regulação nacional, ganhando mobilidade em busca de melhores condições para realização do valor.

Em verdade, a agenda dura do neoliberalismo desde os anos de 1990 expõe essa autonomização da economia por meio da perenidade da política macroeconômica liberal e sua ingerência sobre a dimensão social das políticas de Estado, em diferentes projetos de governo. Os planos de austeridade fiscal, como

imposição das agências multilaterais sobre os países, promovem chantagem e agiotagem sobre a dívida e a integração competitiva internacional, favorecendo duras regressividades aos trabalhadores.

A premissa que vem orientando nossas pesquisas é de que os aspectos contratendências na relação capital-trabalho metamorfoseia o quadro histórico da *questão social*, enunciando com densidade a fratura social resultante do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais fundantes da vida mercantil, com impactos de longo prazo sobre o trabalho, os serviços coletivos e o atendimento de necessidades básicas, assim como sobre as diferenças étnico-raciais, de gênero, de lugar, entre outras dimensões em que se expressa à vida concreta.

Daí decorre nosso entendimento de que a formação profissional precisa preparar profissionais e pesquisadores para pensarem sobre as manifestações da *questão social* como historicamente postas no capitalismo e a sua reconfiguração que “não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sóciohumanas diferenciadas e mais complexas correspondentes à intensificação da exploração que é sua razão de ser” (NETTO, 2001, p.48). A formação profissional precisa ser capaz de preparar pensadores disso, que sejam habilitados a investigar os estágios e ciclos do capitalismo, assim como a conexão dos territórios mais longínquos com essa dinâmica, apreendendo as expressões diferenciadas e complexas dos processos de intensificação da dominação abstrata, que envolve a exploração da força de trabalho e o *fetichismo* da mercadoria que forja subjetividades e relações sociais coisificadas. A sociabilidade da financeirização é um desdobramento contemporâneo que precisa ser tematizado na área do Serviço Social, de modo que seja possível formular críticas sobre as desmedidas que chegam às salas de trabalho dos profissionais por meio das demandas dos usuários dos serviços e que aprofundam a solidão da reprodução humana.

Ao mesmo tempo, a formação precisa refinar a crítica para que seja possível evidenciar limites teóricos de algumas tradições como a neokeynesiana que entende equivocadamente que a expansão do setor financeiro é que provoca estagnação na esfera produtiva e não os problemas de reprodução do capital que induzem à financeirização. Para essa corrente, que tem forte ascendência no meio intelectual e político centro-esquerda, a queda do investimento, do emprego e da renda deve ser corrigida pelo Estado, regulando o movimento especulativo do capital por meio da baixa taxa de juros, de exigências de reservas bancárias e de crédito. Mas, esse é o cerne do debate que temos que enfrentar porque não há antagonismo entre acumulação e especulação financeira. Essa corrente desconsidera a complexa simbiose entre frações do capital, inclusive a funcionalidade do capital financeiro para adiantar capital criando situações de aceleração da rotação do capital, produto ao mesmo tempo em que provoca situações de crise. Essa mesma crítica é que precisamos fazer para compreender o dilema das políticas sociais no sociometabolismo do capital, de modo a confrontar os limites do voluntarismo neokeynesiano. Ou mesmo, entender o sentido social da difusão de instrumentos financeiros entre os trabalhadores ao aumentar a sociabilidade da agiotagem, que funciona como expropriação financeira (FONTES, 2010).

A magnitude dos desafios da formação profissional nesse campo precisa ser problematizada para que seja possível definir e partilhar uma pauta essencialmente crítica, para a graduação e a pós-graduação, desdobrando o legado das proposições das diretrizes curriculares.

3. A Formação Social e a *Questão Social*

De acordo com os fundamentos das diretrizes curriculares, a totalidade social capitalista ganha sentido também quando apreendida na relação com a particularidade histórica e geopolítica do Brasil – e da América Latina –, enraizada no processo sócio-histórico do desenvolvimento tardio e dependente, com recorrentes espasmos de modernização conservadora¹⁵, reiterativo do caráter exploratório colonial sobre a natureza e os trabalhadores (PRADO JUNIOR, 1983; SANTOS, 2012). Desse modo, o tema da *questão social* não é inteligível na formação profissional se não a situarmos no quadro do capitalismo tardio, de economia exportadora de *commodities*, que não consegue alavancar as formas necessárias ao revolucionamento das forças produtivas e operar a refuncionalização das condições econômicas para as necessidades do sistema.

É intenção das diretrizes curriculares que o estudante perceba em cada conjuntura e lugar, como o Brasil integra-se no circuito de mundialização capitalista pela dinâmica da conciliação com o atraso, reproduzindo, sob novas facetas, a degradação do trabalho, a expropriação dos recursos naturais, a apropriação de fundo público e o consumo dos produtos das empresas monopolistas. De modo que seja possível entender a dependência e o parasitismo econômico, alcançando, associadamente, a subordinação do destino da classe trabalhadora periférica à dominação imperialista.

De um ângulo, entendendo a violência e a particularidade dos processos sociais ensejados pelo *sistema colonial*, reiterados nos estágios de industrialização, no longo trecho do ciclo desenvolvimentista entre os anos de 1950 e 1980. Processos marcadamente antidemocráticos, que reatualizaram o conservadorismo oligárquico no quadro da *modernização conservadora* (FERNANDES, 2009). As estruturas sociais do *sistema colonial* não foram superadas, rompidas, mas sim absorvidas pelo típico mercado e sistema de produção capitalista; perdendo a eficácia de origem e servindo para “projetar nas relações de classes, tensões e conflitos que não seriam típicos do capitalismo moderno” (FERNANDES, 2009, p.43), o que provoca desmedidos assombros nessa parte do continente. Portanto, ainda que lhes faltem estruturas sociais típicas da experiência clássica capitalista, essa particularidade não é uma ausência de formação social capitalista, mas uma “situação histórica peculiar” (FERNANDES, 2009).

A “modernização do arcaico, atinge a era da industrialização em grande escala e da exportação de produtos industrializados, explorando com intensidade a arcaização do moderno. A inovação parece ser a

¹⁵ Como se sabe, a categoria modernização conservadora é abordada em variados estudos sobre o Brasil, demonstrando as características da dinâmica das mudanças; notadamente lembramos aqui a apropriação de Florestan Fernandes, Marilda Yamamoto e José Paulo Netto. Muito embora originalmente a formulação seja de [Barrington Moore Jr.](#), para explicar o desenvolvimento desigual no capitalismo, particularmente às formas tardias como Alemanha e Japão, envolvendo pacto político da burguesia com a oligarquia rural. Alguns estudiosos aproximam a categoria da formulação de Gramsci sobre a revolução passiva, no caso da Itália.

regra” (FERNANDES, 2009, p.48), de modo que os surtos de crescimento econômico renovam o quadro estrutural, de dependência¹⁶.

Nesse diapasão, o conservadorismo de origem, junto com as imposições do estágio imperialista financeirizado do capital limitam sobremaneira as reformas sociais que amenizem a agressividade da *questão social*. A categoria gramsciana da *revolução passiva* (VIANNA, 2004; COUTINHO, 2012) é decisiva para compreender que esse processo de modernização se faz com o alargamento do mundo privado sobre os bens públicos, em razão das determinações do arcaico com o patrimonialismo e a hipertrofia do Estado na era imperialista (IANNI, 1989).

Nessa perspectiva, a formação profissional precisa proporcionar aos estudantes e profissionais um consistente campo de estudo sobre o Estado porque ele é essencial nesse quadro, no sentido de ser chave no pacto de dominação histórico do capitalismo brasileiro para viabilização de infraestrutura e poupança para investimentos produtivos e repartição desses custos com a sociedade. O padrão ideológico é a segregação das camadas mais empobrecidas dos trabalhadores, resultado da reprodução da dialética *arcaico e moderno* (FERNANDES, 2005), que impõe a abordagem da *questão social* e dos conflitos sociais como negociação individual, inerente à barroca *cultura do favor* (SANTOS, 2012).

Uma breve digressão histórica reforça esta assertiva, na medida em que rascunha os traços de uma tendência estrutural manifesta em diferentes conjunturas, recompondo o mesmo, de modo diverso. Vejamos.

Na época do chamado ciclo desenvolvimentista brasileiro (1950/1980) viabilizou-se no país a modernização capitalista na forma de desenvolvimento dependente associado com o capital nacional e internacional, sustentado coercitivamente, a partir de 1964, por uma ditadura civil-militar e avessa a reformas estruturais, isso exatamente quando o padrão *keynesiano-fordista* era dominante nos países centrais e começava a entrar em crise por conta do excesso de capitais. O protecionismo daqueles anos no país viabilizou a associação capital nacional e internacional, perpetuando a subordinação e a dependência na divisão internacional do trabalho, ao passo que amplificou o endividamento por meio do financiamento dos processos produtivos privados (CHESNAIS, 2008, 2012). A partir dos anos de 1970, sob a ditadura civil-militar há estrondoso crescimento da dívida, já no contexto das estratégias de financeirização do capital mundial.

As transformações operadas no ciclo neoliberal dos anos 1990, iniciado por Fernando Collor e amadurecido pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, impulsionaram novos mecanismos contra-tendências sistêmicos, conservando o pacto de dominação; por isso, a visão hegemônica sobre a reconfiguração da *questão social* tendeu novamente à minimização da desigualdade e à individualização da abordagem (NETTO, 2012; PASTORINI, 2004). No plano da dinâmica do capital houve um novo

¹⁶ Foge das possibilidades desse ensaio uma ponderação maior sobre a questão da dependência, mas é importante destacar o esforço de intelectuais da América Latina, notadamente da Teoria Marxista da Dependência, no sentido de atualizarem elementos fundamentais da dinâmica do imperialismo abordados por Lênin. Esse legado merece ser lembrado e aprofundado na nossa formação profissional, no sentido de produzir conhecimentos a partir desse campo de abordagem, atualizando-o perante os novos desafios sistêmicos.

chamado de integração ao sistema mundial nesse ciclo neoliberal, mas, agora, sobre os auspícios do capital financeiro ao tempo em que o trabalho socialmente necessário é marcado pela maior expropriação, expressa no baixo custo, na intensificação e na fragmentação sociopolítica dos trabalhadores (IAMAMOTO, 2008). Ou seja, a inserção subordinada no sistema é reatualizada, cumprindo a agenda neoliberal da contratendência da queda da taxa de lucro. Essa reatualização sacrifica ainda mais a condição de dependência, na medida em que ataca a herança da industrialização do ciclo anterior com a abertura comercial e a diminuição do investimento produtivo, provocando severas consequências sobre o emprego, tendo a desindustrialização da economia como uma variável relevante na compreensão do processo social engendrado.

As pesquisas sobre essas inflexões sinalizam que o *abrasileiramento* do contexto neoliberal do capitalismo reafirma a *modernização conservadora* (ARANTES, 2004), fazendo sobressair à dinamização das técnicas produtivas, com o autoritarismo tradicional do *sistema colonial* das nossas relações de trabalho, nos termos de Caio Prado Jr (1983) e Florestan Fernandes (2005). O desassalariamento, o desemprego e a intensificação do trabalho desse ciclo aprofundaram as marcas da arcaica herança histórica da desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, expressas em forte informalização, rotatividade do emprego e autoritarismo das relações de trabalho (CARDOSO, 2010).

Os debates dos anos 1990 na profissão esquadriharam essas linhas mestras para que as diretrizes curriculares induzissem a formação profissional a oferecer elementos teóricos e históricos para os estudantes entenderem essas estruturas fundamentais do capitalismo no Brasil. O desafio é a de adensar essa sinalização metodológica sobre a pertinência da categoria formação social como mediação da totalidade social do capital.

Nessa perspectiva, então, é que vemos a fase nomeada como do projeto político *social liberal*, a partir de 2003, dos Governos do Partido dos Trabalhadores (PT) que conseguiu atenuar alguns derivativos da crise como o baixo crescimento econômico, a pobreza extrema e o desemprego por conta da demanda, em especial, da China por *commodities*, ou seja, valendo-se do bom aquecimento do mercado externo. A taxa média anual de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) foi de 3,0% entre 2003 e 2015, variando com diferentes espasmos de ascensão dos dados produtivos: ano 2005, PIB de 3,2; ano 2010, PIB de 7,5; ano 2012, PIB de 0,9; ano 2014, PIB de 0,2%; ano de 2016, PIB negativo em - 3,6. Ainda que instável o incremento do PIB contou favoravelmente para o aumento de postos de trabalho em alguns setores - mesmo que com características precarizadas -, além de possibilitar programas de transferência de renda para população extremamente empobrecida e aumento de crédito para consumo de massas, o que impôs, contraditoriamente, o dilema da sociabilidade do endividamento largamente empreendido por esses governos (BRAGA, 2012; ALVES 2014; KREIN e outros, 2012).

Esses indicadores espelham a transitoriedade dos processos da economia capitalista, demonstrando a instabilidade do crescimento, posteriormente ao período expansionista pós-Segunda Guerra Mundial,

como mencionado antes. O PIB do Brasil em 1961 era da ordem de 10,3, atingindo 5,2 em 1975 e 5,3 em 1980.

A partir da década de 1980 a economia brasileira entra numa volátil configuração de crescimento lento, pelas condições sistêmicas abordadas, atingindo sua maior recessão em 2016. De toda forma, é preciso destacar que se trata do sétimo maior PIB mundial, fruto do forte dinamismo entre os anos 1950 e 1980 que redundou num alto investimento estrangeiro, acelerada urbanização, atraente mercado importador de bens de capital e de encorpado mercado interno, com mais de vinte milhões de consumidores. Esses fatores somados às reservas naturais de minérios e biodiversidade servem para desenhar os aquinhoados interesses do capital pelos destinos econômicos e políticos internos.

Assemelhado ao restante do mundo capitalista, o Brasil tem a industrialização também rebaixada. Segundo Gonçalves (2013) a participação da indústria de transformação no PIB reduziu-se de 18% em 2002 para 16% em 2010, assinalando ainda que no período do governo Lula a taxa real do valor adicionado da mineração foi de 5,5%, da agropecuária de 3,2% e da indústria de transformação não passou de 2,7%, o que mostra que os períodos de dinamismo passaram longe do maior adensamento da esfera industrial.

De fato, o legado do ciclo capitalista até os anos 1980 foi de uma presença industrial da ordem de 36% do PIB, no entanto, chegamos a presente década com 12%, o que demonstra um claro processo de desindustrialização favorável ao aprofundamento da reprimarização da economia. Essa vulnerabilidade é espantosa, pois a renda nacional depende de produtos sujeitos a queda de preços periódica e a flutuações cíclicas de demanda no mercado internacional.

Esses fatores aprofundam a inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho, abrindo nova etapa da dependência desse quadro híbrido de economia volumosa, mas estruturalmente volátil, com baixa taxa de investimentos que repercute no descompasso entre velocidade da acumulação e elevação da média de remuneração do trabalho, como é o caso do salário mínimo e outras rendas, desde a década passada. Esse *gap* entre diminuição da velocidade da rotação do capital e remuneração, somado à carga fiscal voltada para direitos sociais, no cenário de baixo crescimento precipitaram o *impeachment* de 2016, demonstrando a agressividade do capital no quadro de descenso econômico iniciado a partir de 2011 com a desaceleração da demanda comercial estrangeira e a queda dos preços dos minérios.

Durante o período de 13 anos de governos do PT, a engenhosa coalizão de classes com a estreita pauta para *os debaixo* repercutiu favoravelmente e isso não é pouco se tomarmos a coesão como uma das funções chaves do Estado no comando político totalizador do capital diante das fraturas sociais iminentes ao sistema (MÉSZAROS, 2002). Todavia, as medidas eram bastante apequenadas diante da agenda de determinações internacionais da restauração do capital, presentes na conhecida pauta neoliberal, notadamente o pagamento dos juros da dívida, o alcance dos *superávits* primário e a elevação dos juros. Além disso, evidenciou-se o cirúrgico *transformismo* do legado político dos trabalhadores (VIANNA, 2004) com o alargamento da “elite política” – por meio da abordagem minimalista da pobreza e da aristocratização de

sindicalistas (BRAGA, 2012; JARDIM, 2009). Elementos que reforçaram a captura da política pela agenda tecnocrata neoliberal do ajuste fiscal.

No estágio do *capitalismo em excesso* em que está exposta a generalização do trabalho abstrato, essas medidas não enfrentam nem de longe os desdobramentos sociais da grave crise que tem entre suas marcas mais candentes o aprofundamento do desemprego crônico e a pilhagem dos direitos do trabalho; de um lado, o aumento estrondoso dos *superfluos para sempre* e de outro a flexibilização do trabalho via subcontratações, com precário ou inexistente aparato público protetivo.

Por outro lado, o chamado presidencialismo de coalizão (baseado na organização de maiorias no parlamento para o executivo ter sucesso na aprovação de propostas) foi à própria expressão do esvaziamento da política, como resultado do distanciamento da realidade concreta das práticas de poder. Esse deslocamento que orientou a articulação política do governo asseverou o patrimonialismo no Estado, o que pode ser visto pelo enriquecimento privado com usurpação de fundo público, pela distribuição de recursos públicos para os mecanismos clientelísticos e pelo financiamento dos negócios do capital. O largo leque da base aliada de partidos políticos engenhosamente trabalhado pelo PT no jogo de distribuição de ministérios de “porteira fechada”, loteamento de nomeações de cargos diretivos nas estatais e emendas parlamentares. As empresas estatais e os instrumentos financeiros do BNDES e dos fundos de pensão compuseram o arsenal da gestão e do fomento das estratégias econômicas levadas à frente com a bolha das exportações, contando a seu favor com o largo período de alta dos preços dos bens de exportação no cenário internacional, até 2013. Em conjunto uma economia atrelada a bolhas financeiras e a dinâmicas externas de exportações, em especial para a China. Um quadro instável e sujeito à toda sorte de reviravolta como foi o caso da recessão após a bolha financeira americana de 2008, a diminuição de investimento da China e a queda do preço do petróleo. Esses fatores aceleraram o quadro de crise econômica e política a partir de 2014 – porque o governo não soube responder à recessão com contra-tendências efetivas e a conciliação de forças políticas derruiu – o que redundou no segundo *impeachment* da era da redemocratização brasileira.

A formação profissional precisa ser avaliada em termos de sua capacidade efetiva de debater a inserção do país na divisão internacional do trabalho e o poder geopolítico nesses ciclos do capital, porque essas dimensões da análise são fundamentais para pensar a *questão social* nesses tempos de integração mundializada. Isso talvez auxilie a formulação de um acerto de contas com a reflexão crítica sobre os governos do PT, evidenciando que a medida econômica assumida para lidar com o quadro da crise do capitalismo foi bastante limitada, situada no controle de gastos, da inflação e dos juros, de modo que até 2011 os governos tiveram uma política monetária bem conservadora, o que, no Governo Dilma, começou a ser flexibilizado com a redução da taxa de juros, mesmo que fosse uma diminuição pouco expressiva. Essa conduta encontrou o seu esgotamento, pois os problemas estruturais como a dependência não foram enfrentados, e, a agenda fiscal e monetária do *modus operandi* do sistema da dívida ganhou preponderância, evitando perdas para o capital, na dinâmica financeira (FATTORELLI, 2012).

A tendência, então, foi de baixo crescimento, semi-estagnação, levando à agudização da luta de classes e tendo como fermento a conjuntura internacional de baixo crescimento, o que só piorou o quadro. Como a baixa capacidade tecnológica das indústrias não é capaz de sustentar a economia, o país fica à deriva das variações no comércio exterior de *commodities*, o que é uma herança não superada da expressão colonial do capitalismo nessas latitudes (GONÇALVES, 2013). O impulso para pensar sobre esse quadro envolve também a reflexão sobre a nova etapa da dependência brasileira, evidenciada em traços largos e sumários, aqui.

Esse é o universo de pressupostos em que situamos os desdobramentos da *questão social* decorrentes das estratégias recentes de enfrentamento da crise pela consciência burguesa periférica no sentido de viabilizar contra-tendências à queda da taxa de lucros. A reatualização do pacto de dominação precisa ser melhor examinada na formação profissional, de modo que seja possível compreender o tempo presente e superar teoricamente essas experiências governamentais limitadas como horizonte de resistência à regressividade do capital em nosso país. O compromisso ético dos cursos de graduação e pós-graduação, assim como das pautas das pesquisas envolve estarmos afinados com o desvelamento dessa encruzilhada da pilhagem dos direitos sociais. A superexploração da força de trabalho, o encurtamento das políticas sociais e a passivização das lutas são expressões candentes dessa exigência e urgência histórica.

A estratégia dos governos do PT foi preponderantemente baseada numa perspectiva instrumental de atendimento de necessidades do capital, sustentada nos fundos de pensão e nas empresas estatais, com preponderância do fortalecimento dos negócios de frações do capital, visando impulsionar conglomerados monopolísticos e os negócios do capital rentista (BUGIATO, 2013; GOMES, 2014). Num segundo plano, associando esse investimento econômico com políticas minimalistas de “bem estar” para a população, desconsiderando os efeitos perversos do capitalismo *em excesso*.

A compreensão desse universo categorial marxista nas expressões históricas e empíricas do subdesenvolvimento capitalista exige entender teoricamente os governos do PT enquanto portadores de uma visão particular sobre a crise do capitalismo e de suas expressões na *questão social*. Marcadamente, a nosso ver, uma visão de baixa potência para fazer frente ao quadro hegemônico de dominância mundial hoje (GONÇALVES, 2013; FIORI, 2014).

As limitações internas da dinâmica do capital colaboraram para a quebra da coalizão de forças políticas em torno dos 13 anos de governos do PT. A dificuldade em responder à recessão econômica, a partir de 2014, paralelamente aos compromissos políticos com frações do capital, levou à reorganização em direção a profundas reformas e para tanto foi essencial o golpe jurídico-parlamentar de *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016¹⁷. O vice-presidente Michel Temer quando assume já o faz com a incumbência de

¹⁷ Como se sabe, tratou-se, do ponto de vista fenomênico, de um processo jurídico-parlamentar aberto em dezembro de 2015 e concluído em agosto de 2016, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, justificado como julgamento de desrespeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa. O baixo crescimento econômico decorrente das consequências da crise das hipotecas iniciada nos EUA e propagada no mundo, ainda influenciava a economia interna do país e as medidas do Governo Dilma não haviam conseguido estancar a sangria. Por isso, então a pressão do capital sobre o bloco político redundou nesse artifício do *impeachment*, um processo que suspende fundamentos constitucionais de soberania do sufrágio, ainda que tenha sido aprovado pelas instituições políticas e jurídicas da República.

reorganizar as medidas neoliberais, configurando táticas diferenciadas das que vinham sendo encaminhadas. A situação demonstra que com a recessão o capital rechaça as conciliações de classes e avança ostensivamente com a pauta mais dura de privatizações, de ampliação das parcerias público-privada, de diminuição do fundo público das políticas sociais, de revisão das normativas de licenciamento ambiental, de revisão de terras de preservação ambiental e populações originárias. Desregulamentações em favor de monopólios internacionais, isenções tributárias e perdão de dívidas do capital foram medidas que marcaram a cena nesses dois anos, após o afastamento da presidente Dilma.

As determinações estruturais da agenda do capital exigiram impetuosa ofensiva sobre o trabalho, lançando um dos mais agudos ataques à legislação do trabalho, no país, com a liberação ampliada das práticas de terceirização com a lei nº 13.429/2017 e outras regulações de contrato, carga horária e salário com a lei 13.467/17, que trata da alteração de dezenas de artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como de artigos da lei 6.019/74 (trabalho temporário), da lei 8.036/90 (FGTS) e da lei 8.212/91 (Plano de Custeio Previdenciário). Num curto espaço de tempo o *horror econômico* ganhou um novo e mais agressivo estágio de expropriação. Na verdade, desde 2014, medidas de austeridade deslocam fundo público e rendimentos do trabalhador para o capital, cujos exemplos mais duros são essas contrarreformas e o congelamento dos gastos públicos (Emenda Constitucional 95/2016) que enxugarão sobremaneira as políticas públicas de corte social, nos próximos 20 anos.

No orçamento de 2018, do total de despesas de 3,5 trilhões de reais, 1,16 trilhão serão para refinanciamento da dívida pública e outros 316 bilhões de reais para pagamento de juros da dívida. Os gastos com a previdência social serão da ordem de 585 bilhões de reais, enquanto 130 bilhões irão para a saúde e 109 bilhões para a educação. Chama a atenção, que a previsão de gastos com os juros da dívida seja maior do que com a educação, dando provas do compromisso da agenda pública com o capital rentista.

Os dados divulgados por centros de pesquisa sinalizam um quadro social já bastante regressivo com as medidas contratendências da queda da taxa de lucro. A Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE, divulgada em dezembro de 2017, expõe o aumento da pobreza, pois o ano de 2016 foi encerrado com 24,8 milhões, 12,1% da população, vivendo com menos de um quarto de salário mínimo (220 reais) (IBGE, 2017a). Esse dado mostra um crescimento superior a 50% em dois anos, já que em 2014 havia 16,2 milhões de brasileiros nessa faixa de renda. Ou seja, o episódio dessa crise está atingindo em cheio essa fração da classe trabalhadora e ao invés de apoio de rede de proteção social vemos a redução dos programas por força da nova etapa de austeridade fiscal, iniciada pelos banqueiros personificados em gestores públicos: ministro Joaquim Levy no segundo mandato de Dilma Rousseff; e, ministro Henrique Meirelles no governo de Michel Temer.

O Inesc (2017), junto com outras entidades, informa uma queda de até 83% em políticas voltadas à área social nos últimos três anos, sendo esse decréscimo da seguinte ordem: a) direitos da juventude, com queda de 83% nos investimentos; b) programas voltados à segurança alimentar, reduzidos em 76%; c)

moradia digna sofreu perdas de 62%; d) defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes teve redução em 62% dos recursos; e) promoção da igualdade racial mingou em 60%; f) programas para mulheres, 53%.

Esses dados articulados aos de emprego mostram a densidade dos agravos aos trabalhadores, pois as taxas de desemprego crescem continuamente. A taxa atingia 11,2% da população economicamente ativa em 2016, um total de 11,4 milhões de trabalhadores sem emprego; no primeiro trimestre de 2017, o país somava 14,2 milhões de desempregados, 13,7% do total de trabalhadores; e, em novembro, a taxa oscilou para 12%, algo próximo de 12,6 milhões de trabalhadores (IBGE, 2017b).

Em novembro de 2017, iniciada a vigência da contrarreforma trabalhista, o Brasil fechou 12.292 vagas de trabalho com “carteira assinada”, segundo dados do cadastro geral de empregados e desempregados (BRASIL, 2017), num claro movimento de contraposição a qualquer promessa de reativação do mercado de trabalho. Ao contrário, evidencia-se a forte tendência de diminuição do emprego formal. Desde 2014, há retração em média, de 1 milhão de postos com carteira assinada, segundo a Pnad Contínua do IBGE (2017b). Além da redução da atividade econômica, a diminuição dos postos formais pode ter sido intensificada pela nova etapa de flexibilização das regras trabalhistas. São claros os sinais de que o *empreendedorismo* (*pejotização*) e o trabalho intermitente devem progredir sobre o emprego formal, o que aprofunda as veias abertas da *questão social*.

Ao considerarmos a renda, verificamos que há três anos, o rendimento médio mensal está estagnado, pois esse é exatamente o mesmo valor auferido em 2014, 2.142 reais (IBGE, 2017b). Esse dado deve ser ajustado para baixo com as medidas contratendências da reforma trabalhista com a legalização de contratos precários de trabalho e a liberação das terceirizações empresariais. A previsão é de que a proteção social e os salários sejam achatados, comprometendo severamente às condições de vida e trabalho.

A formação profissional, portanto, está sendo desafiada a fomentar ações acadêmicas sobre isso, como fato agudo e como intensificação das estruturas fundamentais da crise do capital expressas em formas bárbaras de sociabilidade, que mostram a nossa *situação histórica peculiar* no capitalismo, mas agora sob outras novas condições.

Considerações Finais

O presente ensaio reforça o legado histórico da profissão e seus debates educacionais, referendados no humanismo crítico, visando com isso reiterar o aprofundamento de balanços sobre o *estado da arte* do debate da *questão social* na formação profissional hoje, tendo como eixo interpretativo central o valor e a crise de realização, na contemporaneidade. Entendendo que a formação profissional está provocada a municiar estudantes, pesquisadores e profissionais com aportes teóricos e estratégias analíticas para enfrentar a realidade da crise do capital rebatida nos diferentes espaços da vida social.

Uma estratégia poderia ser a de inquirir os centros de formação profissional sobre as modalidades de estudos realizados, as correntes de pensamento em debate, os títulos bibliográficos de referência, os

objetos de investigação, a conexão dos debates com o exercício profissional e os resultados de pesquisas a respeito dos temas. Essa agenda estabelecerá um rico balanço sobre o conhecimento produzido na formação profissional, a respeito desse ponto fulcral de interpretação do capitalismo, hoje.

Ao nosso tempo, passados esses vinte anos de diretrizes curriculares, estamos diante do desafio de evidenciar a qualidade da nossa compreensão e crítica anticapitalista, apreciando nossos programas de ensino, pautas de pesquisas e debates. Tanto a graduação quanto a pós-graduação precisam ser incitadas a entenderem os fenômenos particulares no bojo do *core* do sistema do capital, com sua crise estrutural em estágio agressivo. As alternativas do capital têm aprofundado esse quadro, pois incentivam a especulação financeira e, portanto as contradições estruturais entre produção e circulação que levam à crise, por conta da superprodução de meios de produção e a especulação em excesso. Ainda que seja um modo do capitalismo socorrer a si mesmo, acudindo-o da sobreacumulação de capacidade produtiva, as medidas precipitam novos esquemas ruptivos.

Em adição, o esgarçamento da política demonstrado no maior artificialismo das representações democráticas burguesas - na espetacularização nas mídias e no patrimonialismo - está a demonstrar o aprofundamento do *fetichismo* da mercadoria na vida social, como realização plena do capital e de seus limites internos, o que se desdobra em efeitos explosivos e violentos sobretudo para os que vivem do trabalho. Consequentemente, estamos intuindo também que precisamos de aportes teóricos mais potentes na formação profissional, para entender os processos sociais em curso, sabendo que não há espaço para análises superficiais sobre cidadania e os direitos sociais no capitalismo a não ser com o risco de estruturá-las como farsa.

A reflexão aqui apresentada sustentou que a crise do capital é um eixo chave para problematizar as desmedidas neoliberais no quadro da reprodução ampliada do capital e para duvidar das virtudes da política na democracia burguesa, desse tempo que corre. O adensamento teórico nesse campo pode vertebrar um novo horizonte de reflexões sobre as relações sociais e os processos de reprodução social, em suas manifestações aparentemente mais autônomas da vida cotidiana que chegam aos espaços do trabalho e à pesquisa social, intrigando os sujeitos da formação profissional. Ao fim e ao cabo, o desafio posto é o de entender o *modus operandi* das contradições estruturais do capital sobre as práticas sociais e profissionais que nos envolvem.

Referências

ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS**, n. 7. São Paulo: Cortez, 1997.

BANCO MUNDIAL. **Datos sobre las cuentas nacionales del Banco Mundial y archivos de datos sobre cuentas nacionales de la OCDE.**

<https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG> (acesso 12 de dezembro de 2017)

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. A Alienação, a Crise e os Manuscritos Econômico Filosóficos: retomada do debate na formação intelectual. **Textos & Contextos**, v.13, n. 2. Porto Alegre: PUCRS, 2014.

BRASIL. **CAGED 2017**. Brasília: Ministério do Trabalho, 2017. <http://pdet.mte.gov.br/> (acesso 28 de dezembro de 2017)

BEHRING, Elaine R. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. **Política social no capitalismo: tendências contempo- râneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **A rebeldia do precariado**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRENNER, Robert. **O boom e a bolha**. São Paulo: Record, 2003.

BUGIATO, Caio. O papel do BNDES no financiamento dos negócios da burguesia interna brasileira. **ANAIIS da 37ª. Reunião da ANPOCS**. São Paulo: ANPOCS, 2013.

CARCANHOLO, Reinaldo. A atual crise do capitalismo. **Crítica Marxista**, n. 29. São Paulo, 2009.

CARCANHOLO, M. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. **Anais do Colóquio Nacional Marx e o Marxismo**. Niterói: UFF, 2011.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/Faperj, 2010.

CHESNAIS, F. Orígenes comunes de la crisis económica y lacrisis ecológica. **Revista Praia Vermelha**, v. 19, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

_____. El fin de um ciclo: alcance y rumbo de la crisis financiera. **Herramienta**, n.37 fev. 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal: evolução passiva ou contra-reforma? **Novos Rumos**, v. 49, n. 1. Marília: UNESP, 2012.

FATTORELLI, M.L. **Os números da dívida**. Disponível em <http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Numerosdivida.pdf>. Acesso em 23 de novembro de 2014.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.

_____. **Revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

FIORI, José Luiz. **História e estratégia de desenvolvimento**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FOLADORI, Guillermo. A questão ambiental em Marx. **Crítica Marxista**, v.1, n.4. São Paulo: Xamã, 1997.

FOLHA DE SÃO PAULO. A desigualdade é maior no Brasil, mas cresce na China. Jornal. Seção Mercado. São Paulo, 14 de dezembro de 2017. <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1943159-desigualdade-e-maior-no-brasil-mas-cresce-mais-na-china-afirma-relatorio.shtml> (acesso 15 de dezembro de 2017)

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

- GOMES, José Menezes. Fundos de Pensão, capital estatal e neodesenvolvimentismo. **Revista de Políticas Públicas**, número especial, junho. São Luís: UFMA, 2014.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às Avessas**: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- GRESPLAN, Jorge. **O negativo do capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Pau: Boitempo, 2011.
- IAMAMOTO, Marilda V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, ano 2, n.3, jan./jun. Brasília: ABEPSS, 2001.
- _____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2008.
- IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a.
- _____. **PNAD contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?t=downloads> (acesso 3 de janeiro de 2018)
- INESC et al. **Informe: Direitos humanos em tempo de austeridade**. Brasília: INESC/OXFAM/CERF, 2017.
- JARDIM, Maria A.C. **Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009.
- KREIN, J. e outros. Trabalho no governo Lula: avanços e contradições. **Textos para Discussão**, n 201. Campinas: UNICAMP, 2012.
- MANDEL, E. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LÊNIN, V.I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2009.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, volume 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. **O capital**: crítica da economia política. Livro III, volume 4 e 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. **Grundisse**. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/EDUFRJ, 2011.
- MÉSZAROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**. São Paulo: Cortez, 1995.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, ano 2, n.3, jan./jun. Brasília: ABEPSS, 2001.
- _____. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória (ES), UFES, v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista – O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. e RIZEK, Cibele (orgs). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PASTORINI, Alejandra. **A Categoria Questão Social em Debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PAULANI, Ieda. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados**, vol.23 no.66. São Paulo: USP, 2009

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 28 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANTOS, Josiane S. **A questão social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

TROTSKY, L. **História da Revolução Russa**. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

WID.WORLD. Avarage riqueza nacional.

http://wid.world/es/mundo/#anweal_pall_992_i/US;FR;DE;CN;ZA;GB/last/eu/k/p/yearly/a/false/0/300000/curve/false (acesso em 12 de novembro de 2017)